



**PROJETO DE LEI Nº XX, DE 2025**  
(Da Sra. Delegada Adriana Accorsi)

**DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE QUE A PUBLICIDADE DE OBRAS, BENS OU SERVIÇOS PÚBLICOS FINANCIADOS COM RECURSOS DE DIFERENTES ESFERAS FEDERATIVAS RESPEITE A PROPORCIONALIDADE DA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DE CADA ENTE FEDERATIVO, BEM COMO ESTABELECE REGRAS PARA A FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO.**

O **Congresso Nacional** decreta:

**CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Esta Lei estabelece normas gerais para a publicidade institucional de obras, bens ou serviços públicos financiados com recursos oriundos de diferentes entes federativos, assegurando que a divulgação respeite a proporcionalidade da participação financeira de cada ente na execução dos investimentos.

**Parágrafo único.** As disposições desta Lei não excluem a competência suplementar dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para regulamentação no âmbito de sua administração, desde que observadas as diretrizes gerais estabelecidas neste diploma legal.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, considera-se publicidade institucional qualquer forma de divulgação oficial promovida pelo poder público, independentemente do meio utilizado, incluindo, mas não se limitando a:





- I** – campanhas publicitárias veiculadas em rádio, televisão, internet ou outras mídias digitais;
- II** – placas informativas, outdoors e materiais gráficos diversos;
- III** – publicações em redes sociais e portais institucionais;
- IV** – material audiovisual, impresso ou digital;
- V** – quaisquer outros meios utilizados para informar a população sobre a execução de obras, aquisição de bens ou prestação de serviços custeados com recursos públicos.

## **CAPÍTULO II – DA PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DA PROPORCIONALIDADE**

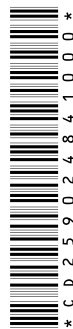
**Art. 3º** A publicidade das ações referidas no art. 1º deverá obrigatoriamente indicar, de maneira clara e objetiva, a participação percentual de cada ente federativo no financiamento da obra, bem ou serviço, respeitando a proporcionalidade dos investimentos.

**§ 1º** Quando a publicidade incluir logomarcas, brasões ou quaisquer outros elementos visuais representativos dos entes federativos, sua dimensão e destaque gráfico deverão obedecer estritamente à proporcionalidade dos recursos aplicados.

**§ 2º** Na hipótese de veiculação por meio de comunicação verbal, deverá ser mencionada expressamente a proporção da participação financeira de cada ente federativo, de forma clara, objetiva e compreensível ao público.

**§ 3º** O ente federativo que se sentir prejudicado por eventual descumprimento desta Lei poderá solicitar retificação da publicidade indevida, devendo o pedido ser atendido no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de sanções administrativas ao responsável.

## **CAPÍTULO III – DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Delegada Adriana Accorsi - PT/GO**

**Art. 4º** O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o agente público responsável às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação vigente:

- I** – advertência;
- II** – multa administrativa, cujo valor será proporcional ao impacto da publicidade irregular e ao orçamento da ação divulgada;
- III** – obrigação de retificação da publicidade em igual proporção e alcance do material irregularmente veiculado;
- IV** – responsabilização por improbidade administrativa, nos termos da legislação pertinente, nos casos de reincidência ou dolo comprovado.

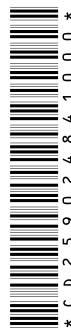
**Art. 5º** A fiscalização do cumprimento desta Lei será realizada pelos órgãos de controle interno e externo, no âmbito de suas competências, e pelas respectivas casas legislativas, conforme a esfera de governo envolvida.

**§ 1º** Compete aos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios verificar a conformidade da publicidade institucional com as disposições desta Lei, podendo determinar a retificação da publicidade irregular e a aplicação de multas nos casos previstos na legislação pertinente.

**§ 2º** A Controladoria-Geral da União (CGU), as Controladorias Estaduais e Municipais, bem como as Corregedorias e demais órgãos internos de controle, conforme o ente envolvido, poderão instaurar processos administrativos disciplinares para apurar a responsabilidade de servidores e agentes públicos que descumprirem esta Lei.

**§ 3º** O Ministério Público poderá propor ação civil pública ou ação de improbidade administrativa, quando houver indícios de dolo ou má-fé na veiculação de publicidade que viole esta Lei, cabendo ao Poder Judiciário a aplicação das sanções cabíveis.

**§ 4º** A população e os entes federativos prejudicados poderão denunciar irregularidades aos órgãos de controle competentes, que deverão analisar e, se





necessário, adotar as providências cabíveis no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

## **CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

**Art. 6º** O disposto nesta Lei não se sobrepõe às restrições estabelecidas pela legislação eleitoral, especialmente aquelas previstas no art. 73 da Lei nº 9.504/1997.

**Art. 7º** Os entes federativos terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação desta Lei para adequar suas campanhas publicitárias às suas disposições, respeitando suas normas próprias de regulamentação.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A publicidade institucional tem um papel essencial na transparência da gestão pública e na prestação de contas à sociedade. Contudo, observa-se, com frequência, que ações financiadas conjuntamente por diferentes esferas federativas são divulgadas sem o devido reconhecimento da participação proporcional de cada ente, gerando distorções na percepção popular sobre a origem dos recursos empregados.

Tal prática pode resultar em injustiça na atribuição de mérito pela realização de obras e serviços públicos, impactando a compreensão da população sobre a atuação de cada esfera de governo e, em certos casos, sendo utilizada para fins de autopromoção política indevida.

Dessa forma, este projeto de lei visa garantir maior transparência e equidade na comunicação institucional, assegurando que a publicidade oficial reflita de maneira justa e proporcional os investimentos realizados por cada ente federativo.

Além disso, para garantir a efetividade da norma, estabelece-se que a fiscalização e aplicação das sanções ficarão a cargo da Controladoria-Geral da União (CGU), dos





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Delegada Adriana Accorsi - PT/GO**

Tribunais de Contas e do Ministério Público, órgãos que possuem competência para zelar pelo uso correto dos recursos públicos.

Com a adoção dessas medidas, busca-se fortalecer a confiança da população nas instituições públicas, prevenir a utilização indevida da comunicação governamental para fins políticos e assegurar que os créditos pelos investimentos públicos sejam corretamente atribuídos.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta relevante iniciativa legislativa.

Sala das Sessões, em                      de                      2025

Delegada Adriana Accorsi  
Deputada Federal  
PT/GO

